

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



O CONCEITO DE “ROMANIZAÇÃO” E O PANORAMA ACADÉMICO PORTUGUÊS

Vincenzo Soria / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / vinso84@hotmail.it

RESUMO

De maneira sintética, analisam-se criticamente os significados implícitos no conceito de romanização com referimento ao contexto académico português. Propõe-se também uma leitura do fenómeno baseada numa relação biunívoca entre a componente indígena e romana, facto que permite uma compreensão mais adequada dos dados arqueológicos.

ABSTRACT

In this paper, we analyze critically the meanings implicit in the concept of Romanization also related to the Portuguese academic context. We also propose a reading of the phenomenon based on a two-way relationship between the indigenous component and the Roman one, because it allows a more adequate understanding of the archaeological data.

1. INTRODUÇÃO: O TERMO “ROMANIZAÇÃO”

O termo “romanização” foi introduzido e utilizado pela escola inglesa durante o séc. XIX como resultado do debate político sobre a comparação entre o imperialismo romano e britânico contemporâneo em Índia e África. O significado do termo baseia-se na ideologia transmitida dos autores clássicos. Estes, numa deliberada ação de legitimação da política romana de expansão (Políbio e Lívio), recorrem ao conceito de “barbaridade” das populações indígenas como justificação moral da conquista territorial. Esta é vista como uma “divina missão civilizadora dos bárbaros ocidentais” (Hingley, 2005, p.24; Woolf, 1997, p.339) interpretando o conceito de *humanitas*, que está à base desta visão, para indicar a civilização e o progresso (Hingley, 2005, p.27 e 62; Hingley, 2006, p.3) indispensáveis para alterar o *status* de “bárbaro”. Portanto o termo romanização muitas vezes utilizado superficialmente traz consigo o fardo ideológico do período histórico no qual foi concebido e que hoje em dia é necessário superar não só porque insatisfatório do ponto de vista teórico mas também porque condiciona a interpretação do dado arqueológico. Se o Hingley, assim como outros autores (Hingley, 2005, cap. 2, nota 1), auspicia o abandono do termo e da inerente abordagem (Hingley, 2005, p.14), Keay acha aceitável quando

utilizado para descrever a integração das comunidades indígenas nas relações políticas e económicas com Roma sendo que o mesmo autor o considera inadequado em termos culturais em quanto sublinha similaridades em detrimento de diferenças e implicitamente cria uma oposição entre romanos e indígenas (Keay, 2001).

2. PROBLEMAS INERENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS:

2.1. Conceito de romanização ligado às ideologias modernas

Os estudos sobre o mundo romano são o reflexo da ideologia corrente no momento em que são pensados e escritos. Em tempos recentes isto é bastante evidente quando pensamos às “distorções” em chave nazis (Krebs, 2011) da pretensa descrição da “arianidade” dos Germanos de Tácito¹ ou de como os atuais EUA se apoderaram dos modelos clássicos através da arquitetura e do cinema, justificando as próprias ações bélicas baseando-as mais ou menos publicamente sobre o conceito de “barbaridade”². Devemos

1. Tácito, *De origine et situ Germanorum*, geralmente conhecida como *Germania*.

2. Para um exemplo recente, <http://www.themontrealreview.com/2009/Is-America-the-New-Rome.php>, consultado no dia 03/06/2013.

salientar que o termo “romanização” nunca foi utilizado pelos autores clássicos mas foi concebido em época moderna como resultado duma exigência da comunidade científica para etiquetar um complexo processo histórico. O termo em si, portanto, foi condicionado pelo background cultural da época e que é constantemente objeto de revisões (Hingley, 2005, p.12). Por isto, ao longo dos anos, varias escolas de pensamento contribuíram para afinar o conceito, cada uma focando numa determinada área geográfica quais a Península itálica, o Ocidente e o Oriente mediterrânico porque são consideradas zonas com características culturais próprias. As perspectivas adotadas nos diferentes âmbitos académicos (com as próprias nuances e diferenças) têm um comum denominador ou seja o facto de considerar a conquista territorial e cultural romana como portadora de benefícios às populações “bárbaras” ou “menos civilizadas” (Hingley, 2005, p.17) porque estas eram estranhas à cultura greco-romana.

2.2. Perspectiva dominada pelos autores clássicos

Se o termo “romanização”, do ponto de vista semântico, é o produto dos estudos históricos da época moderna, estes são diretos “discípulos” da cultura literária clássica que sempre foi considerada como recurso principal para a compreensão das dinâmicas históricas (Keay, 2001, p.119). Este método de investigação é viciado pelo carácter “adulador”, não autóptico e etnocêntrico de obras edificantes as tradições de estudos de antiguidades quais aquelas de Tito Lívio, Estrabão, Políbio, Plínio-o-Velho, só para citar os que tratam do período em análise. Estes contribuíram à difusão da ideia da mudança cultural for devido à direta influencia romana que representou o inevitável triunfo duma cultura superior sobre as tradições culturais indígenas percebidas como inferiores³. Assim, o conceito de “romanização” procede desta ideia de “elevação social”, posteriormente adaptada ao próprio contexto histórico pelos primeiros autores.

Não obstante o carácter fragmentário e limitado dos dados contidos nos textos clássicos (Guerra, 2005, p.331), estes continuam a ser privilegiados pelos investigadores modernos (para uma espécie de *horror vacui* que frustra a reconstrução dos eventos passados) aos dados arqueológicos. De facto, o uso

3. Pode-se citar a expressão “*bellum iustum ac pium*” presente nos escritos de Catão-o-Velho e Cícero. Cfr. Eilers (ed.) 2009.

simplicista e acrítico que se faz das fontes históricas conduz a um crescente sentido de insatisfação na hora de relacioná-las com o dado arqueológico: este é considerado conscientemente ou não como subordinado à história contada pelas fontes. A tendência a querer modelar o primeiro (as fontes) sobre o segundo (os vestígios) é um exercício a evitar porque os âmbitos de estudo se situem sobre “dois níveis paralelos” que se intersectam só em raros casos⁴.

2.3. O conceito de romanização ligado ao estudo multidisciplinar

Para evitar de aplicar inapropriados modelos interpretativos modernos à antiguidade clássica⁵ e tratar os textos clássicos de maneira que nos proporcionem dados verificáveis através de outras abordagens metodológicas, é necessário um estudo integrado de várias perspectivas de análise. Estas devem ter em conta não só o estudo crítico dos autores clássicos e dos dados arqueológicos (como por exemplo o estudo pormenorizado da urbanística, da cultura material e dos restos faunísticos exumados), mas também da análise da paisagem em *lato sensu*. Além destas não devemos esquecer outras mais tangentes, das quais as arqueométricas, geológicas e geofísicas. Obviamente a escolha da combinação destas deve ter como fim a resposta a perguntas históricas específicas⁶. Desta forma, o carácter parcial dos dados histórico-arqueológicos vem a encontrar-se compensados pela complexidade e pelo cruzamento de diferentes níveis de dados que aportem uma leitura tridimensional à leitura histórica dum determinado território, contribuindo à determinação diacrónica das dinâmicas ocupacionais.

3. AS ABORDAGENS À ROMANIZAÇÃO EM PORTUGAL:

No que concerne ao debate académico em Portugal, aqui parece estar bem enraizada a noção de que as notícias relatadas pelas fontes clássicas descrevem o território peninsular de maneira distorcida e/ou aproximada, tanto do ponto de vista geográfico,

4. Para este propósito, lembra-se o caso de Valentia e do cerco numantino.

5. Fabião 1998, 173-174, vol. II: evitar de “traspor para o passado o modelo desenhado para as sociedades modernas”.

6. Simon Keay na ponencia da sessão 1 do CIAC 2013.

como etnográfico (Fabião, 1998, p.52, vol. I). Esta noção não exclui uma abordagem que privilegie um estudo crítico das mesmas (Guerra, 2005) e nem um “cruzamento entre elas e os dados epigráfico, numismáticos e arqueológicos” (Fabião 1998, 54, vol. I e 1998, 7, vol. II), abordagem esta que continua a ser subestimada quer pelos investigadores de história antiga, quer pelos arqueólogos (Fabião, 1998, p.187, vol. II). Na perspectiva destes últimos, a base deste acanhamento metodológico reside no temor de cair na tentação de “contextualizar na Grande História todas as ocorrências arqueologicamente documentadas” (Fabião, 1998, p.58, vol. I). Contudo a atitude de prestar atenção em evitar forçadas abordagens ligadas aos eventos históricos e a valorizar todas as informações disponíveis⁷ nem sempre resulta ser o objetivo primário das reconstruções históricas locais. Neste cenário deve-se salientar que, na interpretação teórica do processo de romanização, parece persistir a abordagem típica acima referida. O processo é entendido como unidirecional, ou seja, de uma “cultura aculturante” (romana) a uma para aculturar (indígena), na qual a primeira “insinuava e instalava novos hábitos, novos modos de vida e comportamentos” (Fabião, 1998, p.552, vol. II). Tudo isto é visto como o resultado de “processos coercitivos e violentos” (Fabião, 2001b, p.110) que, contudo, não encontram evidentes confrontos no registro arqueológico se não através evidências de reestruturas urbanísticas que afetam ou que se sobrepõem às anteriores (Fabião, 2001b, p.116-117). Contudo a cultura material demonstra uma perduração da presença de “fundos indígenas” (Fabião, 2001a, p.238) que sobrevivem junto com materiais de importação itálica, realidade que remete para interpretações do processo de conquista por vezes contraditórias quando associadas ao conceito de “romanização” descrito.

4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS:

4.1. A abordagem multidisciplinar acima referida necessita de um framework teórico-interpretativo diferente àquele utilizado no passado. O conceito de “romanização” como imposição político-militar e cultural sozinho se afigura como inadequado para a interpretação dos cada vez mais complexos dados arqueológicos. Neste artigo se propõe uma perspec-

7. A título de exemplo se quer lembrar a recente publicação de Alarcão, Carvalho, Gonçalves (Coord.) 2010.

tiva diferente: “romanização” como globalização⁸ ou, por outras palavras, *unity-in-diversity*⁹. Nesta óptica, o processo de fusão de duas culturas com tradições próprias não está ligada exclusivamente a uma imposição direta e unilateral. Esta pode ser também entendida de forma biunívoca, facto que não exclui a possibilidade que se possa vir a criar uma necessidade de construção duma nova identidade numa nova e mais ampla estrutura política.

Não parece, portanto, metodologicamente correto pôr em contraposição uma cultura com uma outra (a romana contra a indígena e vice versa!) pois os principais conflitos ocorriam entre grupos sociopolíticos por motivos económicos, militares, entre outros.

O reconhecimento de “culturas regionais” integradas num heterogéneo mas unificado “império” (Hingley, 2005) permitiria uma leitura dos dados arqueológicos mais atenta à identificação de materiais “minoritários” caracterizantes de vários grupos em estudo, facto que está na base duma acurada interpretação dos momentos de contactos (Fabião, 2001b), fundamentais para a definição do processo em geral.

4.2. “Koiné cultural”¹⁰ e identidade na Península Ibérica

O momento de forte interação entre elementos indígenas e exógenos durante a época Tardo-Republicana na Península Ibérica e a produção de artefatos a esta ligada bem se adapta à expressão “cultura hispano-romana”. Sendo um termo cuja interpretação pode ser muito variada, adaptando-se a momentos históricos diferentes, afigura-se importante defini-lo na perspectiva de romanização propos-

8. Hingley 2005 utiliza o termo “globalização” aplicado ao mundo romano para criar uma conexão com o mundo atual. Para ele o estudo do presente e do passado estão estritamente ligados. Não deve ser confundido com homologiação e homogeneização cultural como propugnado pelo Mommsen (1886).

9. Woolf 1997 *apud* Woolf 1992: “It is more productive to see Roman imperial culture as a structured system of differences that was highly differentiated, by region, class, social locale, age and gender among other dimensions of variability. Such an approach enables us to admit both the unity and the diversity of imperial culture”.

10. Neste caso o termo *koiné* cultural é entendido não como relação e dependência económica: esta visão conduziria a afirmar que situações históricas de crise geravam um efeito domino nas diferentes regiões mediterrânicas (Fabião 1998, 173, vol.II.).

ta neste trabalho. Com este conceito pretende-se evitar a sobrevalorização de um elemento sobre o outro, premiando-se um “equilíbrio” entre os dois protagonistas principais e, ao mesmo tempo, aceitar situações ou atores imperceptíveis, embora determinantes, para o bom êxito da interação.

Este conceito está estritamente ligado aquelas produções chamadas “cerâmicas hispano-romanas” (Bernal Casasola; Ribera I Lacomba, (eds.) 2008 e 2012; *SECAH*, 2013) as quais se afiguram como as diretas testemunhas duma específica identidade que se veio a criar ao longo do tempo no território em questão. Entre estas, há algumas definidas como “imitações” porque reproduzem formalmente os protótipos forâneos em auge num determinado período (Soria (no prelo); Alves, Mataloto, Soria, (no prelo)); também neste caso devemos intende-las não simplesmente como uns indícios que confirmem a superioridade cultural romana sobre aquela indígena. De facto, a criação duma imitação não implica necessariamente a perda da própria identidade¹¹ e, por isto, pode ser considerada (sempre a aguardar mais adequadas confirmações sobre o contexto socioeconómico da produção!) como o reflexo duma particular reelaboração cultural. Nesta perspectiva, é muito importante superar o monolítico conceito de “identidade romana”¹², herdado do velho conceito de romanização, através o conceito de “identidade romana fragmentada” (Hingley, 2005, nota 316, cap. III). Assim a cultura romana é modificada e redefinida e, portanto, desconectada de territórios específicos mas ligada a grupos inseridos num amplo contexto social (Hingley, 2005, *Ibid.*, p.53). Se, a título de exemplo, o exército é geralmente considerado como o principal agente de difusão do *modus vivendi* itálico, nesta óptica não podemos não redefinir a sua monolítica caracterização acrescentando que o próprio vinha influenciado, num sentido ou no outro, pelas tradições locais do lugar em que desempenhava voluntariamente ou não prolongadas estadas.

4.3. Romanização para definir um período histórico
Refletindo sobre estas análises ceramológicas, resulta promissor estabelecer (quando em presença de contextos arqueológicos não muito peculiares) o

grau de interação entre as componentes indígenas e exógenas sem ter a necessidade de interpretar, por exemplo, a ausência de cerâmica itálica como uma fase de “não romanização”/resistência indígena ou de explicar a forte presença de material itálico como um “forte processo romanizante” ou duma “aculturação” indígena (Berrocal, 1992). Conviria interpretar a presença/ausência dos materiais arqueológicos forâneos afastando-nos da dicotomia “indígena/romano” edosimplicitoscritériosdesuperioridadecultural pondo a tónica nos momentos de interação com o fim de ampliar as margens de interpretação de situações específicas. A arqueologia demonstra o alto grau de variabilidade dos modos de assentamento romano no território português (Fabião, 1998, p.331, vol. I) e é por esta razão que são necessários novas e mais afinadas ferramentas interpretativas. O processo cultural, definido como “romanização”, também é utilizado para determinar a cronologia de sítios (Fabião, 2001b) e áreas geográficas medindo as varias fases com base em “quanto” o elemento indígena tenha sido aculturado pela presença de materiais romanos (Berrocal, 1992, p.119-120). As possibilidades de interpretação do dado arqueológico aumentariam se se adoptasse uma abordagem que não reconheça o elemento indígena como um passivo recetor (nem como uma unidade monolítica!) mas capaz de condicionar e refuncionalizar as influencias culturais externas. As “tensões culturais” que se verificaram nos territórios anexados por Roma (Terrenato, 2005, p.70), e das quais podemos inserir o território peninsular, já não podem ser vistas como “conflito étnico” mas como tensões “entre conservadorismo cultural de pequena escala e *trends* globais, entre poder tradicional e jogos políticos em escala mediterrânica, entre formas habituais de circulação do *surplus* e elementos de economia de mercado” (Terrenato, 2005, p.70 *apud* Buscemi, 2012, p.148). Este ulterior desenvolvimento do debate sobre a romanização tende a “*combining a global framework with sensitivity for the context*” (Terrenato, 2005, p.62) e a olhar com mais atenção os grupos maioritários (que definimos plebe) (Mattingly, 2002), frequentemente subestimados na investigação arqueológica.

4.4. Constranger e permitir

O quadro até aqui esboçado não pode deixar de ter em conta dum importante fator histórico qual a “negociação com as elites locais”. Os complexos es-

11. Enzo Lippolis na ponencia da sessão 6 do CIAC 2013.

12. É mais útil utilizar o conceito de “identidade romana” quando se tratam assuntos sobre relações de poder (Hingley 2005, 93) do que relações culturais.

tádios deste processo são direta consequência da variabilidade nas formas de resposta e nos compromissos (*'cultural bricolage'*) (Terrenato, 1998) entre elites indígenas e Roma, relações que estão na base da sobrevivência e da duração dum sistema de tipo “imperial” romano. Obviamente este processo pode ter tido consequências negativas quais genocídios, deportações, escravatura e exploração das povoações por causa da violenta imposição duma nova ordem político-administrativa, facto que sem duvida teve o seu peso em determinar o processo de expansão territorial romana (Fabião, 1998, p.206, vol. II). Admitindo o grande grau de variabilidade e incertezas que podemos observar na interpretação arqueológica dos eventos sucintamente descritos, parece mais frutífero adotar uma perspectiva que considere a anexão territorial por parte de Roma não só como uma subjugação de várias culturas ou diferentes grupos étnicos (Woolf, 1997, p.341) porque nesta maneira restringimos as interpretações a meras constatações de ordem estratégico-militar. Até à atualidade, parecendo o território português privo de traças macroscópicas de acontecimentos bélicos relevantes (talvez por causa da centenária ação antrópica e natural ou por causa da congénita parcialidade da investigação arqueológica!) não parece fora de lugar ver neste caso um dos efeitos da diplomacia romana¹³ concretizada através de tratados e acordos embora não de maneira sistémica e regulamentada. Mas o que por vezes não se consegue identificar por falta de testemunhos escritos e compreender em pleno é a “influencia velada” de Roma em determinar as políticas das varias comunidades e de que maneira estas interagiram na definição duma nova estruturação territorial consoante as vontades mais ou menos assumidas de Roma.

4.5 O estudo e a análise do processo de romanização do território português é fundamental para o desenvolvimento do debate sobre os modos de assentamento romano no Ocidente Peninsular. A perspectiva acima referida (*“unity-in-diversity”*) pode converter-se num estímulo a pensar ou repensar este fenómeno que é um ponto nevrálgico para o desenvolvimento de novos conceitos, facto que também conduz a potenciar as metodologias atuais de investigação arqueológica. Uma das necessidades que Fabião advertiu baseia-se na ausência de “uma

ampla base empírica” (Fabião, 1998, p.59, vol. I) sobre a qual debater acerca dos modos de assentamento romano no território peninsular. Como foi referido, uma leitura diferente do conceito de romanização permitiria uma abordagem diferente aos dados arqueológicos valorizando elementos subestimados e adotando vários métodos de investigação, quais a arqueologia *stricto sensu*¹⁴, a ceramologia, a análise paisagística, as análises arqueométricas e a análise crítica das fontes históricas. Se a expressão “se encontram as coisas sabendo como e o que procurar” aplica-se perfeitamente a estas considerações, convém, contudo, acrescentar que esta procura deve assentar “numa base teórica solida”.

Com este estudo tentamos alertar sobre as possíveis consequências da utilização do conceito de “romanização” e sobre a sua bagagem semântica. Simultaneamente pretendemos propor um contributo ao debate sobre a interpretação dum complexo processo histórico que a escola portuguesa não pode evitar enfrentar.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento vai ao Dr. Carlos Pereira pela revisão do texto e pelas sempre “desafiantes” observações e ao Dr. Stephen A. Collins-Elliott pelas suas sugestões metodológicas. A responsabilidade dos erros ou omissões nas linhas escritas é somente atribuível ao autor.

13. Para maiores detalhes: Claude Eilers (ed.), 2009.

14. O estudo arqueológico deve ser considerado independente daquele histórico e como ferramenta adequada a fornecer (embora auspiciosamente integrado com outras disciplinas!) um quadro que se vem a enriquecer cada vez mais graças a estudos pormenorizados em âmbito local e regional.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C.; GONÇALVES, Ana (Coord.) (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*, in *Studia Lusitania* 5.

ALVES, Catarina; MATALOTO, Rui; SORIA, Vincenzo (no prelo) – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no interior Sul do território actualmente português. *II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana* (Braga, de 3 a 6 de abril de 2013).

BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) (2008) – *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz: UCA.

BERNALCASASOLA, Dario; RIBERAILACOMBA, Albert (eds.) (2012) – *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: UCA.

BERROCAL RANGEL, Luis (1989-1990) – Cambio cultural y Romanización en el suroeste peninsular, in *Anas*, 2-3, pp. 103-122.

BERROCAL RANGEL, Luis (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste de la península Ibérica*. Madrid: Complutum Extra, 2.

BUSCEMI, Francesca (2012) – Processi di contatto e interazione culturale nel mondo romano. Per un riesame delle posizioni teoriche in *Syndesmoi* 3, pp. 141-151.

CIAC (2013) – XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica – *Centro y periferia en el mundo clásico*. – Merida, Maggio 2013.

EILERS, Claude (ed.) (2009) – *Diplomats and Diplomacy in the Roman World*. Mnemosyne, Supplements 304. Leiden/Boston: Brill.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. 3 vols. Lisboa. (dissertação de Doutoramento, policopiada).

FABIÃO, Carlos (2001a) – O povoamento do sudoeste peninsular na segunda metade do I Milénio a.C: continuidades e rupturas, in Berrocal-Rangel, L. e Gardes, P., eds, *Entre Celtas e Iberos*, Real Academia de la Historia, Casa Velazquez, Madrid, pp. 227-246.

FABIÃO, Carlos (2001b) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança, in *ERA-arqueologia* n.3, Julho de 2001, pp. 108-131.

GUERRA, Amílcar (2001) – Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística, in *ERA-arqueologia* n.3, Julho de 2001, pp. 150-167.

GUERRA, Amílcar (2005) – As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico, in *Xelb* 6, vol. I, pp. 329-338.

HINGLEY, Richard (2005) – *Globalizing Roman Culture*, Routledge: London & New York.

KEAY, Simon (2001) – Romanization and the Hispaniae, in Keay, S., N. Terrenato, N. eds, *Italy and the West: Comparative Issues in Romanization*, Oxford: Oxbow Books, pp. 117-144.

KREBS, Christopher (2011) – *A Most Dangerous Book. Tacitus's Germania from the Roman Empire to the Third Reich*, London and New York: W.W. Norton and Company.

MATTINGLY David (2002) – *Vulgar weak "Romanization", or time for paradigm shift?*, in *JRA*, 15, 536-540.

MOMMSEN, Theodor (1886) – *The Provinces of the Roman Empire: From Caesar to Diocletian, Parts 1 and 2*, translated by W. P. Dickson, London: Macmillan and Co.

SECAH (2013) – II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana “*Las producciones cerámicas de imitación en Hispania*”. Braga, del 3 al 6 de abril de 2013

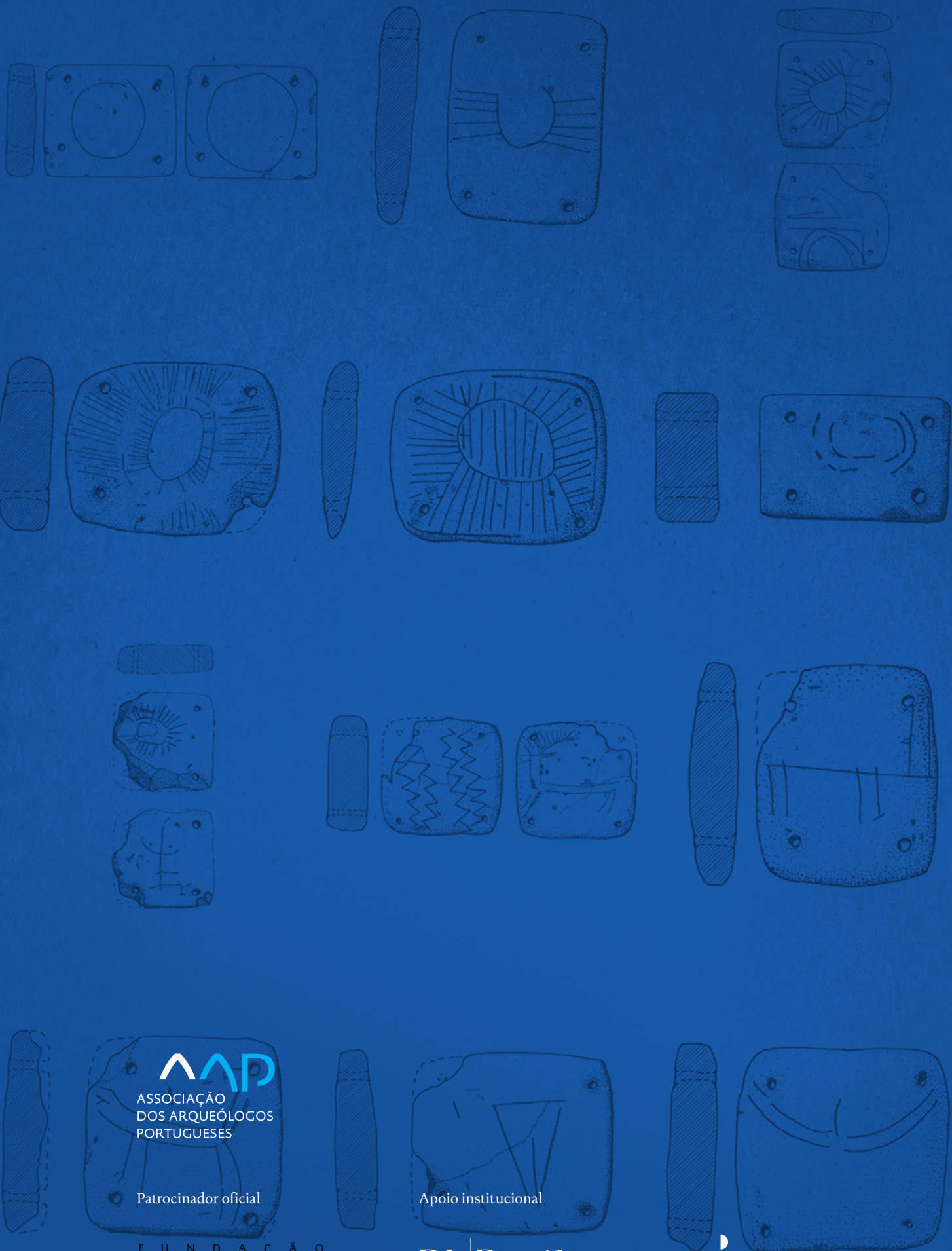
SORIA, Vincenzo (no prelo) – Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal. *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Villafranca de los Barros- Badajoz, 4 -6 Octubre de 2012).

TERRENATO, Nicola (1998) – The romanization of Italy: global acculturation or cultural bricolage?, in Forcey C., Hawthorne J., Witcher R., eds., *Theoretical Roman Archaeological Conference*, 97, Oxford, pp. 20-27.

TERRENATO, Nicola (2005) – The deceptive archetype. Roman colonialism and post-colonial thought, in Hurst H., Owen S., eds., *Ancient colonization. Analogy, Similarity and Difference*, London- Duckworth, pp. 59-72.

WOOLF, Greg (1992) – The unity and diversity of Romanisation, in *Journal of Roman Archaeology*, 5, pp. 349-52.

WOOLF, Greg (1997) – Beyond Romans and Natives, in *World Archaeology* 28, n. 3, pp. 339-350.



AAAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

F U N D A Ç Ã O
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua